

Nº 7 JAN/JUN



DO EVOLUCIONISMO BIOLÓGICO AO EVOLUCIONISMO CULTURAL: UMA ANÁLISE SOBRE *OS SERTÕES* DE EUCLIDES DA CUNHA NO CONTEXTO DE FORMAÇÃO DA ANTROPOLOGIA NO BRASIL

Renata Pimentel¹

*Aline Castilho / Camila Borges / Carla Marciano / Raissa Fonseca

RESUMO: *Os Sertões* de Euclides da Cunha pode ser considerado, assim como afirmava Florestan Fernandes, um divisor de águas no período de formação das ciências sociais no país (*apud* REZENDE, 2001, p.202). A influência da obra no pensamento do século XX e seu caráter inesgotável ainda hoje são explicados pelos valores antropológico e sociológico incipientes e histórico-geográfico, além de todas as outras contribuições para o conhecimento desta porção isolada do resto do país e de suas condições de existência num período muito particular da história do Brasil: toda a turbulência do período de transição do Império à República, os ecos do evolucionismo e do positivismo e a ideia da existência de um “povo brasileiro” entre a selvageria e a civilização. Este artigo destaca especificamente o livro “O homem”, a abordagem de seu autor sobre a miscigenação e as influências que, direta ou indiretamente, fazem-se presentes nas obras de Raimundo Nina Rodrigues (1862-1906) e Edgard Roquette-Pinto (1884-1954). O estudo contextualizado tem como objetivo detectar o quanto do pensamento que serviu de alicerce para a formação da Antropologia no Brasil, ainda no século XIX, persiste ainda hoje, só que com nova roupagem, para criminalizar grupos e movimentos sociais como o de Canudos.

PALAVRAS-CHAVE: *Os Sertões*; Evolucionismo; Antropologia; Mestiçagem; Nina Rodrigues; Roquette-Pinto.

ABSTRACT: *Os Sertões* from Euclides da Cunha can be considered, like Florestan Fernandes said, an “water divisor” in for the formation of social sciences in the country (*apud* REZENDE, 2001, p.202). The influence of this work in the way of thinking of the XX century and its inexhaustible meaning, are still explained by its anthropological, historical-geographic and sociological value, beyond all of another contributions for the knowledge of this isolated region from the rest of the country and its existence conditions in a particular time of the history of Brazil. All of the transition of Empire to Republic turbulency, the echos from evolucionism to positivism and the idea of the existence of “brazilian people” between selvagery and civilization. This article highlights, especificaly, the book “O homem”, the author’s view about miscegenation and its direct and indirect influences presents in the Raimundo Nina Rodrigues (1862-1906) and Edgard Roquette-Pinto (1884-1954) works. The contextualized study have the objective to detect the amout of thoughts that served for Antropology foundation in Brazil, still in the XIX century, that still persists, but with a new disguise, to criminalize certain groups and social movements, like Canudos.

KEY-WORDS: *Os Sertões*; Evolucionism; Antropology; Miscigenation; Nina Rodrigues; Roquette-Pinto.

¹ Orientadora; professora adjunta de Literatura Brasileira na UFRPE; líder do GELC (Grupo de Estudos Literários Comparados); e pesquisadora do NIEL, vinculados ao CNPq e à UFRPE. E-mail: renata@dlch.ufrpe.br

* Graduandas do Bacharelado em Ciências Sociais da UFRPE, Departamento de Letras e Ciências Humanas, e co-autoras do artigo. E-mails: castilho_aline@hotmail.com / camila_csborges@hotmail.com / carlamarciano@hotmail.com / raissa.fonseca@hotmail.com



1. Introdução

Quando *Os Sertões*, obra de Euclides da Cunha, foi publicado o Brasil e a Antropologia passavam por processos de construções e reformulações, quando esta ainda dava seus primeiros passos como ciência do homem: vigorava a ideia do evolucionismo cultural. Já o Brasil vinha de uma recente queda da monarquia e implantação de uma República, que já nasceu em crise.

Portanto, retratando o movimento ocorrido em Canudos, “a Tróia de taipa”, Euclides da Cunha levanta questionamentos que refletirão as discussões antropológicas, políticas e biológicas vigentes à época, tornando-se, então, um marco não só da Literatura, mas das Ciências Sociais no Brasil, uma espécie de “Bíblia da nacionalidade brasileira”, como pontua o pernambucano Joaquim Nabuco.

Observando-se *Os Sertões*, na perspectiva evolucionista, primeira corrente clássica da Antropologia, pode-se fazer uma análise da formação da sociedade brasileira, principalmente do sertanejo, a partir das lentes dos contemporâneos da obra. Tem-se, por isso, o objetivo de expor o pensamento de teóricos como Nina Rodrigues e Roquete-Pinto, estabelecendo-se um elo entre eles (suas teorias e opiniões sobre raça e miscigenação) e a obra de Euclides da Cunha. Assim, busca-se elucidar a influência dessas teorias na forma como a sociedade brasileira se via, o impacto da publicação de *Os Sertões* e como isso reflete ainda hoje na sociedade e nas suas formas de organização, além da análise de determinados assuntos referentes a raças (se é que elas existem), classe social e cultura.

2. Do evolucionismo biológico ao evolucionismo cultural

O Evolucionismo Cultural foi a primeira corrente de pensamento da Antropologia que tem sua formação no final do século XIX. Altamente influenciada pelo discurso cientificista de evolução das espécies, segundo o qual todas as sociedades seguem uma escala de desenvolvimento do mais primitivo ao mais civilizado, tais ideias serviram para afirmar a superioridade da cultura europeia sobre todas as outras que se opunham à “ordem natural” das coisas. Apoiando-se em parte nos estudos de Charles Darwin, o evolucionismo teve como grande expoente não um antropólogo, como se poderia esperar, mas um filósofo, o inglês Herbert Spencer. Houve outros, estes, institucionalmente antropólogos, como Lewis Henry Morgan, Edward Burnett Tylor e James George Frazer. O discurso evolucionista, utilizando o método comparativo, de viés nitidamente cientificista, serviu de justificativa para países ricos no período de exploração de colônias em países pobres. A divisão tradicional entre a antropologia biológica e a cultural (ou social) passou a ser uma distinção entre este primeiro período de formação e uma análise muito mais preocupada com as sociedades humanas, suas particularidades e seus valores, o relativismo; sem que se pudessem considerar mais ou menos relevantes determinadas culturas.

Durante muito tempo a busca de informações sobre a origem e o passado do homem teve como fonte os relatos bíblicos ou escritos da antiguidade, sobretudo os de Heródoto, que vem a ser considerado, entre tantas denominações, “o pai da Antropologia”. Aproximadamente até a década de 1870, a Europa vivia a “revolução darwinista” que, segundo Castro (2009), representava o rompimento com as explicações criacionistas da origem e história do homem no planeta, apoiando-se também nos primeiros achados arqueológicos de artefatos humanos e ossos de mamutes e outros animais em Brixham, na Inglaterra. O pensamento de que o desenvolvimento das sociedades obedece a uma ordem, deve-se esclarecer, não surgiu com a publicação de *A Origem das Espécies* do naturalista britânico Charles Darwin. Seu discípulo e amigo Herbert Spencer foi quem, de fato, usou pela primeira vez a palavra “evolução”, que só veio aparecer no livro de Darwin já em sua 6ª edição, em 1872.

Responsável pela “popularização” do termo em seu livro *Social Statics* (Estatística Social), de 1851, Spencer forneceu todo o alicerce para a aplicação do progresso unilinear, e muito além da teoria biológica, mais precisamente, num discurso filosófico sobre a Evolução (CASTRO, 2009). Logo, o que se convencionou chamar de “Darwinismo Social” nada mais é que a tentativa vulgar de aplicar a teoria da seleção natural para fundamentar a ideia de progresso submetendo as sociedades ditas primitivas, ou atrasadas, a uma hierarquia estabelecida para favorecer as grandes nações da Europa.

Para isso, fez-se necessário o uso do método comparativo, que passa a ver o “selvagem” como uma peça de museu, ou seja, o que restou do estágio mais primitivo do homem que poderia esclarecer muito sobre seu desenvolvimento em determinadas regiões do globo, a fim de se reconstruir a própria história do ser humano assim como descrever a trajetória e o estágio em que se encontra cada sociedade. Frazer afirma que:

[...] um selvagem está para um homem civilizado assim como uma criança está para um adulto; e, exatamente como o crescimento gradual da inteligência de uma criança corresponde ao crescimento gradual da inteligência da espécie e, num certo sentido, a recapitula, assim também um estudo da sociedade selvagem em vários estágios de evolução permite-nos seguir, aproximadamente – embora, é claro, não exatamente -, o caminho que **os ancestrais das raças mais elevadas** devem ser trilhado em seu progresso ascendente, através da barbárie até a civilização. (*apud* Castro, 2009, pp.107-108, grifo nosso)

A relevância do termo “raça” tem relação com as correntes poligenista e monogenista às quais pertenciam os autores evolucionistas clássicos da Antropologia. A primeira aplica o termo “raças” para designar a variedade e a origem dos grupos humanos; a segunda defende que todos os seres humanos têm origem única, sem distinção por “raça”. A “degeneração ou decadência a partir de um estado superior – ideia que tinha por base uma interpretação bíblica – precisava ser descartada” (CASTRO, 2009, p.28) do discurso evolucionista que passa a adotar o monogenismo ao discutir uma única “raça humana”. Embora esse tenha sido o discurso oficial dos evolucionistas, muitos desses autores entravam em contradição e, sim, distinguiam estágios superiores (evoluídos) de primitivos (selvagem). O estudo comparado de várias culturas, como se fosse matéria de um naturalista que analisa plantas e animais, foi uma característica do evolucionismo cultural.

3. O encontro de dois “Brasis”: Canudos e Euclides da Cunha

O Brasil monárquico passou a ser adjetivado como republicano, mas as práticas, ao menos para as camadas de base, continuaram favorecendo a elite e desmerecendo camponeses, negros e comerciantes pobres. Reflexo da hegemonia das elites, no caso os coronéis, no fim do século XIX e início do século XX, começaram a surgir diversas revoltas contra o Governo Republicano, aproximando os camponeses aos seus líderes messiânicos, como: José Maria Contestado, em Santa Catarina; Antônio Conselheiro, no Vaza-Barris, Bahia e Padre Cícero, em Juazeiro, Ceará.

Nos anos de 1874 e 1875, os líderes republicanos viam-se incomodados com a Revolta do Quebra-quilos, esta teve o apoio de vilas inteiras em todo o Nordeste. Comerciantes, camponeses e até pessoas de posse se uniram para protestar contra medidas adotadas pelo Governo. Foi imposto aos brasileiros um novo modelo de peso e medidas, porém o sistema implantado ocasionava, aos que não sabiam utilizar esse modelo francês, a sensação de estarem sendo lesados. As novas regras de recrutamento para o trabalho militar incomodavam até aos que possuíam posses. Esses fatores somados ao caldeirão de impostos criados pelo Governo geraram tal revolta, que logo foi reprimida pelas tropas republicanas.

Em 1891, a Constituição é finalizada, porém não apresentava nenhuma proposta de inclusão social e econômica. A exclusão social acrescida de uma forte crise econômica são fatores que propiciam revoltas como a de Canudos. O movimento de Canudos seria uma forma de sobrevivência ao esquecimento sofrido pelos camponeses, que não tinham direito à terra, pois ela ficava concentrada nas mãos dos latifundiários, além do sofrimento com a secas. Assim, guiados por Antônio Conselheiro, que atrelava a si o papel do messias, os camponeses uniram-se em busca da salvação dos flagelos que sofriam.

Porém, a opinião pública compreendia de forma distorcida o movimento de Canudos, pois estava guiada por uma imprensa sensacionalista e tendenciosa. Esta apresentava Antônio Conselheiro como um assaltante e fanático e o rotulava de herege e desordeiro. Até Machado de Assis (intérprete lúcido e *avant-garde* de nosso país, com sua consciência aguda das relações entre cultura e evolução político-social) via com receio essas rotulações ao líder de Canudos. Tanto que, assim, publicou na coluna *A Semana* no jornal *Gazeta de Notícias*:

Crede-me, esse Conselheiro que está em Canudos com os seus dois mil homens, não é o que dizem telegramas e papéis públicos. Imaginai uma legião de aventureiros galantes, audazes, sem ofício nem benefício, que detestam o calendário, os relógios, os impostos, as reverências, tudo o que obriga, alinha e apruma. São homens fartos desta vida social e pacata, os mesmos dias, as mesmas caras, os mesmos acontecimentos, os mesmos delitos, as mesmas virtudes. Não podem crer que o mundo seja uma secretaria do Estado, com o seu livro do ponto, hora de entrada e saída, e desconto por faltas [...] Os partidários do Conselheiro lembraram-se dos piratas românticos, sacudiram as sandálias à porta da civilização e saíram a vida livre. A vida livre, para evitar a morte igualmente livre, precisa comer, e daí alguns possíveis assaltos. (1955, pp. 145-146)

As críticas machadianas aos jornais que procuravam atender aos interesses das elites ocasionaram o envio de jornalistas para cobrir a Guerra de Canudos. Euclides da Cunha foi um dos jornalistas enviados ao sertão da Bahia para cobrir o acontecimento, que mais tarde viria a ser o fato histórico da sua obra-prima, *Os Sertões*. A obra de Euclides apresentaria um modo de enxergar Canudos não só através dos soldados e jornalistas. Euclides realizou o tipo mais puro de jornalismo, aquele que busca os dois lados da questão; embora, a princípio, seu relato pareça ser o da elite do Rio de Janeiro, capital do Brasil na época.

4. O pensar antropológico sobre o Brasil

Os Sertões é, antes de tudo, um reflexo de uma tendência na virada do século XIX para século XX: a compreensão da ideia e do significado do brasileiro na sua formação e complexidade. Não é à toa que obras como *Casa-grande e Senzala* (1933), de Gilberto Freyre, e *Raízes do Brasil* (1936), de Sérgio Buarque de Holanda, tratam, respectivamente, da presença do negro e sua contribuição sociocultural, a fim de compreender as relações afirmadas nos títulos dos livros e de caracterizar quais os motivos e significados atribuídos à colonização portuguesa e a sua influência no modo de pensar e agir do povo brasileiro.

Fato é que o livro de Euclides da Cunha não é verdadeiramente uma obra de antropologia, sociologia, geografia ou botânica e, ao mesmo tempo, preenche todas essas classificações pela versatilidade e pelas influências que o autor recebe das teorias evolucionistas vindas de fora no contexto de formação das ciências sociais no Brasil. Por esse e outros motivos não se pode dizer que há uma antropologia brasileira, mas que esta, sim, foi uma influência direta das ideias que circulavam na época. Com a finalidade de definir o homem brasileiro (Freyre o define como sendo o *homem situado* e, Holanda, como *homem cordial*), Euclides partilha da intensa e extensa discussão sobre a origem e a importância da miscigenação na constituição do (genuinamente brasileiro) sertanejo, desenvolvendo, assim, o que Gomes (2009, p.179) coloca como um “pensar antropológico sobre o Brasil.”

A ideia de que não existia um tipo brasileiro geral e, sim, circunstancial, produto do meio, foi um ponto comum partilhado pelo positivismo, por Spencer e pelo sociólogo francês Émile Durkheim, que defendiam a ação que a sociedade tem sob o indivíduo. Durkheim denominou essa “força opressora” que determina o modo de pensar, sentir e agir de “fato social”. É nítida a influência do sociólogo na obra de Euclides, quando ele afirma que “é difícil traçar no fenômeno a linha divisória entre as tendências pessoais e as tendências coletivas: a vida resumida do homem é um capítulo instantâneo da vida e de sua sociedade [...]” (CUNHA, 2009, p.183). E essa percepção fora uma constante nos estudos socioantropológicos dos primeiros intérpretes do Brasil, entre eles Capistrano de Abreu, Tobias Barreto e Silvio Romero, integrantes do movimento intelectual do final século XIX conhecido como Escola do Recife.

Por isso, Euclides da Cunha coloca Antonio Conselheiro como “documento vivo do atavismo”, ou seja, herdeiro das características do meio que o gerou. Ele recorre a explicações científicas para explicar o homem como objeto de estudo do historiador, assim como as

deformações da Terra servem de matéria para o geólogo. “O historiador só pode avaliar a altitude daquele homem, que por si nada valeu, considerando a psicologia da sociedade que o criou. Pode ser incluído numa modalidade qualquer de psicose progressiva” (Cunha, 2009, p.182). A loucura endêmica de Antonio Conselheiro é analisada seguindo-se o “método científico”, segundo o qual a repetição dos fatos ao longo da história descreve a maior ou menor probabilidade de uma nova ocorrência, quando analisadas as condições para o acontecimento. Euclides compara o caso do líder de Canudos ao de falsos profetas que surgem na fase de transição do paganismo para o cristianismo no século II. Assim, além de ser um “representante natural do meio”, inclusive, por ser descendente dos Maciéis, família envolvida em disputas com outras, promovendo episódios de derramamento de sangue, Antonio Vicente Mendes Maciel absorvera todos os aspectos de uma religião confusa entre o catolicismo, as religiões africanas e os rituais indígenas, destacando as “aberrações brutais” que cercam o culto a D. Sebastião. Para Euclides, o beato era um “simples paranóico indiferente”, localizado entre o “bom senso e a insânia”, e sua prática discursiva fazia ainda algum sentido no sertão. Portanto, fora do seu ambiente, ele era realmente um “louco”.

A oposição entre tipos e comportamento que fazem ou não sentido, separando a selvageria da civilização, aparece diversas vezes em *Os Sertões*. Por isso, há sempre a diferenciação entre Norte e Sul do Brasil, são eles, respectivamente: o bandeirante (heroico) e o sertanejo (sofredor); o gaúcho (elegante, quase um cavaleiro medieval) e o jagunço (bruto, violento e traiçoeiro). O sertanejo, segundo Euclides, colateral provável do paulista, possui a índole dos primeiros sertanistas que penetraram no interior do Brasil, e a miscigenação se fez entre o elemento branco e índio (o curiboca), quase sem participação do elemento africano. Os sertanistas escravizavam os silvícolas, fazendo surgir uma raça forte, símbolo da nacionalidade que, nas palavras dele, “nasciam de um amplexo feroz de vitoriosos e vencidos” (Cunha, 2009, p.133). A mesma coisa acontece quando se opõe o homem do sertão e o homem do litoral. Sobre isso, Rezende sustenta que:

Ao pensar o homem situado no sertão e/ou na cidade ele construía os parâmetros dos estudos de sociologia no Brasil que, a partir de então, passam a lidar, de modo persistente, com os encontros e desencontros, na maioria das vezes violentos, entre duas civilizações ímpares que constituíam a vida nacional. O estudo de Euclides da Cunha sobre a guerra de Canudos procurou revelar o significado do embate entre duas civilizações bárbaras, ambas brasileiras, através, principalmente, da obra de Spencer. A impossibilidade da mudança social alinhava as suas reflexões acerca das perplexidades, dos absurdos, dos desconhecimentos e das ignorâncias revelados, de uma só vez, por este embate entre homens do litoral (leia-se soldados, políticos, intelectuais, etc.) e os do sertão. (2001, p.206)

A famosa frase “o sertanejo é antes de tudo um forte” é, na verdade, uma ressalva de Euclides da Cunha sobre os efeitos negativos da miscigenação. Ele reconhece seu valor não por si só, mas pela conservação, devido ao isolamento, que acabou por formar o homem sertanejo como um exemplar único, hábil para o meio em que vive. Se comparado com o homem do litoral, aquele sairia com certeza em desvantagem pelo fator civilização. Sendo assim, o sertanejo seria sempre um retrógrado, não um degenerado, como se poderia supor anteriormente.

Em determinados momentos, o reconhecimento de valores como a argúcia, força e determinação são um traço da mudança do discurso em *Os Sertões*. A visão evolucionista sobre Canudos, “a Tróia de taipa”, foi também o discurso oficial, e não deve ser entendida como algo “reprovável”. Homem de sua época, Euclides da Cunha foi apenas um representante do pensamento corrente num período importante da formação da Antropologia, que, pelo engenho da linguagem (sobretudo em sua senda barroquizante) acabou por ir até além desse contexto.

Mas isto não implicava em (sic) acusação a Euclides. [...] Teria sido realmente uma injustiça apresentar Euclides da Cunha como bem pensante ou adepto de modismos. Ele que conseguiu superar os estreitos determinismos naturalistas e climáticos de Buckle (“Um clima caluniado”) e da Antropologia Física (“O sertanejo é, antes de tudo, um forte”), e que vislumbrava Marx muito antes de Proudhon. Chegou assim à culminância pioneira, tão alta ou maior que as de Tobias e Sílvia, nas cabeceiras da Sociologia no Brasil, embora sem as específicas preocupações metodológicas empreendidas pela Escola do Recife, nem sempre com êxito, porém num esforço extraordinário para a sua circunstância. (CHACON, 1977, p.21-2)

A influência de *Os Sertões* neste período sugere a mudança do discurso de vários autores, a retenção de alguns conceitos ou adição de outros valores sobre o evolucionismo biológico que serviu de base teórica para a discriminação das “raças”. Manoel Bonfim duvidou radicalmente das teorias racistas e da miscigenação como um fator que colocava o Brasil numa posição inferior, se comparado a outras culturas. Em seu livro *América Latina: males de origem* (1903), foi pioneiro ao relacionar os problemas sociais brasileiros, não com fatores raciais, mas com a condição parasitária sustentada pelas elites desde o período colonial e seu caráter opressor contra a população em geral, impedindo o desenvolvimento social (GOMES, 2009, p.186). Tendo mais prestígio que Bonfim, o também sergipano, Silvio Romero combate ostensivamente suas ideias, condenando-o ao esquecimento.

Já o médico maranhense, radicado na Bahia, Raimundo Nina Rodrigues foi um dos maiores representantes da antropologia-medicina que associava a seus estudos a raça (negra) e voltava-se à identificação da predisposição à criminalidade, tendo como pressuposto características físicas e psicológicas dos indivíduos. E, ainda, Edgard Roquette-Pinto, homem de muitos talentos, direcionou seus estudos aos aspectos negativos da miscigenação, colocando-se a favor da eugenia.

5. A mestiçagem como tema central

No volume “O homem” de *Os Sertões*, são apresentadas as características de cada “raça” e como esta mistura resultou num tipo único: o mestiço. Também é possível identificar a mudança no discurso de seu autor ao longo da narrativa, conforme sua vivência em Canudos. Se, por um lado, ele coloca o caráter inferior do mestiço, por outro, ele não defende uma supremacia branca e essa característica como um tipo ideal. Sendo um tema tão corrente na época, a miscigenação, resultante de um “projeto Brasil” tão arriscado quanto aventureiro (se retomamos o pensamento de Sérgio Buarque de Holanda), somado ao elemento africano e

indígena, é que passa a ser, de fato, o objeto de estudo da Antropologia no Brasil no início do século XX.

Até então cultivada por médicos e naturalistas, a Antropologia era mantida como uma prática amadora. Nessa circunstância, é inegável a importância da obra de Euclides como o primeiro, ou um dos, a relatar com perfeição, ainda que com limitações, um país isolado, no coração do próprio país, desconhecido do “verdadeiro” Brasil, o do Sul civilizado. E tratava-se da principal característica do povo brasileiro, e que talvez viesse a se tornar sua virtude, por exemplo, na obra de Gilberto Freyre ou, ainda, um mal a ser “eliminado” ou apenas “neutralizado”, como nos estudos de Nina Rodrigues (1862-1906) e Roquette-Pinto (1884-1954), respectivamente.

5.1 Nina Rodrigues e as “coletividades anormais”

Teoricamente Nina Rodrigues não foi um contemporâneo de Euclides da Cunha. Embora a produção dos dois autores tenha se dado praticamente no mesmo período, no fim do século XIX (*Os Sertões* é publicado em 1902), a maioria dos livros do médico maranhense teve edição em outros idiomas, principalmente o francês e, talvez por esse motivo, só veio a ter sucesso no Brasil, com as edições em português, a partir da década de 1930. Nina Rodrigues é considerado fundador da antropologia criminal e da psicologia e é logo lembrado quando se fala na Medicina Legal aplicada à análise da fisiologia das “raças”, a fim de determinar indivíduos com “predisposição” biológica a certas doenças e tendência à criminalidade através da medição do crânio e do reconhecimento de certas características faciais.

Há referências a Nina em *Os Sertões* como o primeiro a estudar o negro brasileiro do ponto de vista biológico e cultural (CUNHA, 2009, p.101). Mas também há críticas, como quando Euclides afirma que a medição do ângulo facial e da postura de jagunços apenas contribui para “fantasias psíquico-geométricas” exageradas (2009, p.145). São influenciados, tanto Nina quanto Euclides, por nomes da criminologia italiana como Cesare Lombroso (1835-1909) e pelo psiquiatra inglês Henry Maudsley (1835-1918). Embora não haja citações sobre *Os Sertões* na obra de Nina, um dos temas abordados pelos dois autores, a Guerra de Canudos configura o maior encontro entre os dois, sobretudo, quando se compara a configuração da mestiçagem no país e seus “efeitos”, em face do conflito entre uma *Vendéia* sertaneja, desde já vencidos pela “civilização”, a República.

A complexidade do problema etnológico no Brasil tratada por Euclides da Cunha faz uma espécie de releitura da história do Brasil numa perspectiva evolucionista-determinista, apresentando argumentos sobre até que ponto o clima e os meios de vida proporcionados pelas condições da natureza de cada região, influenciaram muito mais que a miscigenação na formação do brasileiro. Para isso, ele faz uso de dados históricos, citações de especialistas no tema e exemplos (discutíveis) de como o meio físico, influenciando a fisiologia, contribuiu para a distinção entre Norte e Sul, respectivamente, o paulista e o sertanejo. Estes, ao longo de três séculos, travam uma luta não exatamente étnica, mas cultural, o que vem resultar no domínio daquele sobre este, sendo o mestiço, o sertanejo ou o jagunço o símbolo de uma sociedade vencida no discurso das elites da época.

É importante frisar que, para o autor de *Os Sertões*, o “clima é como que a tradução fisiológica de uma condição geográfica” e, além dessa heterogeneidade de elementos afirmada acima, estava a divisão do Brasil em três *habitats* distintos: o *francamente tropical*, do extremo norte até o sul da Bahia; o *temperado*, de São Paulo ao Rio Grande do Sul, englobando ainda Paraná e Santa Catarina, e o *subtropical* que compreende algumas regiões do centro e do norte de Minas Gerais e Paraná. Considerando detalhadamente a temperatura de cada *habitat*, ele detecta as “patologias *sui generis*” nas regiões de clima úmido como a amazônica, entre elas, redução das funções dos pulmões e do fígado, seguindo o preceito de que (CUNHA, 2009, pp.113-114):

A seleção natural, em tal meio, opera-se à custa de compromissos graves com as funções centrais do cérebro, numa progressão inversa prejudicialíssima entre o desenvolvimento intelectual e o físico, firmando inexoravelmente a vitória das expansões instintivas e visando o ideal de uma adaptação que tem, como consequências únicas, a máxima energia orgânica e mínima fortaleza moral. A aclimação traduz uma evolução regressiva (...). A raça inferior, o selvagem bronco, domina-o; aliado ao meio vence-o, esmaga-o, anula-o (...). Isto não acontece em grande parte do Brasil central e em todos os lugares do sul.

Se, por um lado, o primeiro argumento é de que o isolamento geográfico do sertão, e isso inclui o fator clima, foi o grande responsável pela caracterização do sertanejo como um “retrógrado” e não um “degenerado”, como o autor afirma no decorrer do livro; por outro, essa mesma caracterização, no Sul, com relevo e clima favoráveis, tornou a Serra do Mar um “isolador étnico e histórico” que, assim, “anulava o apego irreprimível ao litoral que se exercia no norte” mantendo o paulista, e isso inclui os “filhos do Rio de Janeiro, Minas, São Paulo e regiões do Sul, de todas as cobiças do invasor. Assim, protegido nas matas, ele teria mais tempo de se dedicar à “atração misteriosa das minas [...]” (CUNHA, 2009, p.116). “Apertados entre os canaviais da costa e o sertão, entre o mar e o deserto, num bloqueio engravecido pela ação do clima, perderam todo o aprumo e este espírito de revolta, eloquentíssimo, que rugia em todas as páginas da história do sul” (CUNHA, 2009, p.119). Para Euclides, o sertanejo seria antes um colateral do *jagunço*, este, por sua vez, descende dos primeiros paulistas que enriqueceram e passaram a viver de suas fazendas de gado. Afastando por ora o sentido da palavra, o *jagunço* também é tratado por Nina Rodrigues no ensaio “A loucura epidêmica de Canudos – Antonio Conselheiro e os Jagunços”, no livro *As Coletividades Anormais*, de 1939.

Para Nina Rodrigues, o elemento branco é apenas nominal. Ele surge na figura dos chefes políticos do sertão que, para fazer cumprir suas vontades, se valiam das leis como os antigos senhores feudais da Europa, mas, para fazer com que elas fossem obedecidas e sem sofrer ameaças de inimigos, recorriam à alternativa dos “selvagens”, eliminando sumariamente o outro. O esquema de poder no sertão é a disputa entre os que detêm o poder e os que o querem alcançar, e o *jagunço* representa nada mais que o exército que executará a ação de defesa ou de ataque. Nesse caso, é aproveitada a “composição racial” do *jagunço* e sua predisposição à selvageria (RODRIGUES, 2006, p.50):

A luta entre os que estão de posse do poder os que disputam essa posse, admiravelmente favorecida nos campos monárquicos pelo revezamento do governo dos dois partidos constitucionais, mas então como ainda hoje melhor favorecida inda

pelas intrigas e arranjos as camarilhas que cercam os governos centrais, sempre trouxe dividida da população sertaneja em dois grupos opostos e rivais, em dois campos inimigos e irreconciliáveis, capitaneados, por verdadeiros régulos de que os jagunços representavam apenas o exército, a força material.

Pode-se dizer que Nina Rodrigues avança com relação a Euclides da Cunha, aproximando-se de uma compreensão atual sobre o coronelismo, quando propôs uma rivalidade, além do Norte e Sul, numa perspectiva mais social, por assim dizer, ao detectar possíveis explicações para a condição do sertanejo apenas como instrumento de manobras políticas. O caminho percorrido pelo pensamento do médico maranhense é bastante verídico e se relaciona diretamente com a realidade ainda existente nos sertões do Brasil. Contudo, a mudança de discurso acontece quando Nina relaciona esse mestiço, o jagunço, sertanejo vítima das armações políticas de chefes locais, com o movimento de Canudos, na condição de seguidor, por isso um criminoso, de Antonio Conselheiro. (RODRIGUES, 2006, p.50):

Foi sempre nessas lutas, políticas ou pessoais, que se revelaram todas as qualidades atávicas do mestiço. Dedicado até a morte, matando ou deixando-se matar sem mesmo saber porque, foi sempre inextinguível o valor com que se batiam, consumada a tática, a habilidade dos guerrilheiros que punham em prática, lembrando as lutas heróicas do aborígine contra o invasor europeu. Essas qualidades que tão grande realce dão hoje às guerras que se pelejam em Canudos, não são, pois, peculiares às tropas de Antônio Conselheiro; são característicos do jagunço.

É essa transição que a palavra *jagunço* sofre ao longo do tempo e dentro da obra dos dois autores que merece observação, pois tal mudança, além do tempo e do espaço, tem explicação na mudança de sentido do termo ao longo do tempo. Se na época de Nina Rodrigues esse novo significado já era latente, nota-se a tentativa de Euclides da Cunha de nomear, separadamente, os tipos sertanejos, diferenciando Norte e Sul, servindo antes à formalidade gramatical, o atual “politicamente correto”, que difere do seu uso corrente do vocábulo na época. *Jagunço* tem sua origem etimológica, como consta em dicionários do final século XIX, entre outras fontes, direcionada para o vocábulo “chuço” ou “chuzo” (em espanhol) que provém da expressão aportuguesada, “zarguncho”, de origem africana, e faz referência a uma lança de fabricação artesanal com uma haste de madeira e ponta metálica (Bartelt, 1997). Porém, durante a Guerra de Canudos, a designação para “valentão”, segurança do antigo senhor de engenho ou fazendeiro finalmente surge no penúltimo capítulo de “O homem”, quando é relatado o primeiro choque entre tropas do exército e o povo de Antonio Conselheiro (CUNHA, 2009, p.211, grifo nosso):

O acontecimento repercutiria na Capital, de onde partiu numerosa força de política para prender o rebelde e dissolver os grupos turbulentos. (...) As trinta praças, bem armadas, atacaram impetuosamente a turma de penitentes depauperados, certas de os destroçarem à primeira descarga. Deram, porém, de frente, com os **jagunços** destemerosos. Foram inteiramente desbaratadas, precipitando-se na fuga, de que fora o primeiro a dar exemplo o próprio comandante. Esta batalha minúscula teria, infelizmente, mais tarde, muitas cópias ampliadas.

A criminalização do sertanejo na literatura e imprensa da época reflete muito do sentimento nacional cultivado sobre a ideia que se tinha deste “outro país”. Se, por um lado,

Nina Rodrigues reserva seu posicionamento radical contra o negro africano e seus descendentes, a fim de que sua eliminação fosse efetivada de forma a permitir a superação de certas doenças da “raça” e do atraso socioeconômico do Brasil; por outro, havia os mais preocupados com a manutenção da identidade nacional: o mestiço, exaltando-o, porém, destacando os efeitos prejudiciais da miscigenação fora de controle.

5.2 Roquette-Pinto e o mestiço sob a ótica da eugenia

Edgard Roquette-Pinto foi um homem de múltiplos talentos numa época de grandes transformações no Brasil. Médico legista, antropólogo, etnólogo e ensaísta, ele ocupou cargos como o de diretor do Museu Nacional (1926-1935), sendo também fundador da Revista Nacional de Educação (1932) e da primeira emissora de rádio do Brasil: a atual Rádio MEC. Seu nome é vinculado ao período de desenvolvimento do cinema e da TV no Brasil. Segundo Hafbauer, ele “era um daqueles intelectuais que apostavam no progresso por meio do aprofundamento do conhecimento científico e de sua disseminação pela educação popular” (2009, p.2). Contudo, isso não lhe impedia de manifestar opiniões comuns à visão evolucionista como tantos outros pensadores da época. Um dos pontos de maior aproximação de sua obra com Euclides da Cunha foi sua experiência numa “pesquisa de campo”, a expedição Rondon, em 1912, quando então o jovem etnólogo entra em contato com índios Nambikwara, inclusive fazendo um registro fotográfico da tribo. Essa experiência resulta num livro, *Rondonia: anthropologia – ethnographia*, de 1916, no qual ele “expressa a simpatia que sentia em relação aos indígenas; ao mesmo tempo, não esconde seu ideário positivistaevolucionista, que fazia com que julgasse, por exemplo, a cerâmica indígena „rudimentar“ e grosseira“, e sua plumária „insignificante“” (HAFBAUER, 2009, p.3). Roquette-Pinto difere de *Os Sertões* em seu discurso sobre a miscigenação. Para ele, não seria a questão de considerar o mestiço um degenerado ou não, mas propor condições para que a mistura das raças fosse realizada com cautela e higiene, base das ideias eugenistas, para o “branqueamento” até mais ou menos os anos de 1950.

Eugenia foi um termo dado pelo antropólogo inglês Francis Galton, em 1883, e significa “bem nascido”. Em linhas gerais, é o estudo dos agentes biológicos que podem ou não contribuir para a qualidade racial, aspectos físicos e mentais, das gerações futuras. Zimbarg afirma que (2007):

O Brasil foi o primeiro país da América do sul a ter um movimento eugênico organizado. A sociedade eugênica de São Paulo foi criada em 1918. O movimento eugênico no Brasil foi bastante heterogêneo, trabalhando com a saúde pública e com a saúde psiquiátrica. Uma parte, que pode ser chamada de ingênua ou menos radical do movimento eugenista no nosso país, se dedicou a áreas como saneamento e higiene, sendo esses esforços sempre aplicados em relação ao movimento racial.

Mesmo assim, tentando desviar de um discurso que poderia ser caracterizado como racista, afirmando que a “mestiçagem só é um mal quando realizada ao deus-dará dos infortúnios, sem eira nem beira, sem higiene e sem eugenia, sem educação e sem família” (1982, p.23), Roquette-Pinto deixa escapar que (p.94-5):

A mestiçagem branca x negra dá, em geral, famílias pouco numerosas. Não por causa da infertilidade; a razão é outra e prende-se sobretudo a *causas sociais*. É que a família, condição essencial para as crianças, é muito precária entre estes mestiços [...] devido à falta de educação. É preciso não esquecer que seus avós foram escravos, expostos às piores condições de moralidade. E se se remontar à terceira ou quarta geração, pode-se alcançar mesmo africanos antropófagos... Por isso a mortalidade de mestiços [...] é mais alta na infância. Mais tarde faz-se uma verdadeira seleção dos mais robustos.

Essa mesma linha de pensamento aparece como um “parêntese irritante” em *Os Sertões*. Euclides da Cunha se aproxima de Roquette-Pinto ao constatar, apoiando-se no estudo do neurologista francês Foville, que a mestiçagem produzia seres humanos desequilibrados e que, mesmo com o elemento branco (superior), este não neutralizava os atributos inferiores do índio e do negro (CUNHA, 2009, p.141):

A mistura de raças mui diversas é, na maioria dos casos, prejudicial. Ante as conclusões do evolucionismo, ainda que reaja sobre o produto o influxo de uma raça superior, despontam vivíssimos estigmas da inferior. A mestiçagem extremada é um retrocesso. O indo-europeu, o negro e o brasílio-guarani ou o tapuia, exprimem estágios evolutivos que se fronteiam, e o cruzamento, sobre obliterar as qualidades preeminentes do primeiro, é um estimulante à revivescência dos atributos primitivos dos últimos. De sorte que o mestiço [...] é, quase sempre, um desequilibrado.

Porém, é necessário frisar que, no paralelo entre Euclides e Roquette-Pinto, há encontro de ideias, contradições e até mesmo correções sobre as ideias de um e de outro. Como ocorre na ressalva que diz que “o sertanejo é antes de tudo um forte”, que se sustenta no fato de Euclides considerar que o isolamento, com seu efeito de conservação, é que torna o homem sertanejo um exemplar único e hábil para o meio em que vive. Isto é, se comparado ao homem do litoral, o sertanejo seria sempre um primitivo. Nas palavras dele, “é que neste caso a raça forte não destrói a fraca pelas armas, esmaga-a pela civilização” (CUNHA, 2009, 144).

O mesmo ocorre quando Roquette-Pinto narra em seu livro, *Rondonia*, o encontro com um seringueiro e diz que “aquele homem, encarnava uma raça forte, que anda por aí a sofrer suplícios na sua terra, onde os estranhos engordam” (SANTOS, 1998, p11). Para o diretor do Museu Nacional, Euclides esteve equivocado “ao atribuir o tipo sertanejo somente ao cruzamento do índio com o branco” e o critica apontando “falhas doutrinárias” de *Os Sertões*, como a “questão do autoctonismo do homem americano e o inevitável esmagamento fatal das raças fracas pelas fortes e os males do cruzamento” (1998, p.13).

Diante de tudo o que já foi mencionado, a maior contradição de Roquette-Pinto está em seu comentário sobre Canudos, no qual transparece a exaltação do elemento branco inábil às condições dos trópicos, tal qual Euclides em seu livro comenta o abandono da região amazônica pelo colonizador (ROQUETTE-PINTO, 1982, p.23):

Podem canalizar a peso de outro a raça branca. Ficarão alguns indivíduos cujos descendentes mais tarde hão de narrar a história do desastre se não se perderem nas sombras em que se debatem os mestiços caluniados, como aqueles jagunços de cabelos louros e olhos azuis que, nas tropas de Antonio Conselheiro, recordavam os

antigos companheiros de Nassau. E muita gente boa acredita, piamente, que os holandeses não ficaram no Norte do Brasil... porque foram “expulsos”.

Quando Euclides da Cunha morreu, seu crânio foi separado do corpo, do mesmo modo que aconteceu com Antonio Conselheiro. E, coincidências à parte, tão forte a importância de *Os Sertões* para o diretor do Museu Nacional, que o considerava “um livro de ciência e de fé”, a sala batizada “Euclides da Cunha” tem como peça de seu acervo o cérebro do homenageado. Da mesma forma, é importante analisar, ainda que metaforicamente, as “cabeças” que contribuíram com seus estudos no período de formação da Antropologia.

A Guerra de Canudos pode ser um exemplo de como a imprensa da época serviu de porta-voz de um massacre “necessário” para o “bem” da jovem República, contra os dissidentes monarquistas. Os relatos publicados por correspondentes nos principais jornais do Brasil no final do século XIX faziam a sociedade se posicionar contra os resquícios de um país atrasado, primitivo, sendo a favor das forças do governo.

A política de “branqueamento”, tema ainda pouco discutido, deve ter tido como embrião o Código Civil promulgado em 1916 que qualifica os indígenas como “relativamente incapazes”, junto a jovens com menos de 21 anos, deficientes mentais e mulheres. Hoje, o uso de palavras como “criminoso” e “delinquente”, que dividem a sociedade entre “homens de bem” e indivíduos “indesejáveis”, mostra como a nomenclatura classifica e criminaliza personagens da história. Monarquistas, jagunços, cangaceiros, fanáticos, atávicos, raquíticos, nordestinos... Quanto da criminologia positivista ainda existe no sistema penal brasileiro? Essa já é outra discussão.

6. Considerações finais

O evolucionismo biológico e cultural teve influência na construção da forma como o brasileiro se via, gerando uma baixa autoestima. Vendo-se em menor tamanho e importância, perante as sociedades europeias, o Brasil passa a condenar a mestiçagem, característica dominante ao longo da história, já que, de acordo com o método comparativo, a sociedade ocidental, branca e europeia seria o nível mais alto a ser alcançado por uma sociedade e sua cultura.

A Guerra de Canudos narrada por Euclides da Cunha em *Os Sertões* (embora, no romance, destaque-se novamente, o universo diegético e a linguagem literária ampliem os focos de representação e discussão) pode ser um exemplo de um fato apropriado pela imprensa. E tal evento revela como essa imprensa servia de “porta voz” das ideias que circulavam no Brasil no final do século XIX, fazendo a sociedade se posicionar contra os “resquícios” de um país primitivo, a favor das forças do governo e, mais tarde, de uma campanha Pró-saneamento, como a protagonizada por Roquette-Pinto, posicionando-se (oficialmente ou não) a favor de política de “branqueamento” no país.

Franz Boas, em 1887, começou a defender o relativismo cultural, que orienta a antropologia contemporânea, em que cada cultura é vista como única, não podendo ser compreendida através da comparação que favoreça ou discrimine uma outra. Porém, o termo só ficou conhecido após a morte de Boas, em 1942. Com o maior acesso aos pensamentos do relativismo, a publicação de *Os Sertões*, que divide opiniões sobre até que ponto a mestiçagem é positiva ou não, e a Semana de Arte Moderna de 1922, quando se inicia um período de autoconhecimento com pesquisas sobre a cultura brasileira, renovam a autoestima da nação, como a chegada do rádio em 1927.

Coincide neste período a fase áurea do nacionalismo no Brasil, com o governo Vargas e o desenvolvimento da indústria. Nasce nesse período a ideia do “Brasil brasileiro/terra de samba e pandeiro”, quando o país se mostra para o resto do mundo e, de certo modo, vende uma imagem estereotipada de si, o que a antropóloga Lilia K. M. Schwarcz chama de “complexo de Zé Carioca”. Aplica-se a essa constatação a divisão (cultural) do território, já presente no livro de Euclides, entre Norte e Sul. Separação esta que muito, após a inclusão do Nordeste no mapa, na década de 1940, acentua as diferenças socioeconômicas. Reflexo direto disso, desde Canudos, a criminalização de certos tipos brasileiros por “raça”, classe e sua participação em determinados movimentos sociais favorece ainda mais essa divisão de grupos desejáveis e indesejáveis para o (eterno) progresso na nação. Se se pensar que no fim do século XIX esse futuro já era vislumbrado, o que há em *Os Sertões* que ainda persiste na realidade atual?

A dificuldade de se trabalhar uma obra como *Os Sertões* merece, no mínimo, três “modestas” justificativas: primeiro, seu caráter inesgotável e multidisciplinar. Lê-lo é antes ter consciência de que não se tem apenas um livro em mãos, mas talvez uma biblioteca inteira para compreendê-lo de forma satisfatória; segundo, a quantidade inestimável de estudos, análises, artigos, ensaios e livros feitos sobre os principais temas abordados; e, terceiro, a mudança de foco que se pode ter da narrativa ao longo do tempo, pois, numa releitura, sempre se tem a impressão de ter deixado algo passar. Por esses e outros motivos, este livro não pode ter um final. Na verdade, ele começa quando termina. É da literatura que nasce a ciência.

7. Referências bibliográficas

BARTELT, Danilo Dawid. O cerco discursivo a Canudos. **A História de Canudos**. Portfolium Laboratório de Imagens. Disponível em: <http://www.portfolium.com.br/Sites/Canudos/conteudo.asp?IDPublicacao=66> Acesso em: 19 out. 2010.

CASTRO, Celso. (Org.) **Evolucionismo Cultural**: textos de Morgan, Tylor e Frazer. Tradução Maria Lúcia de oliveira. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

CHACON, Vamireh. **História das Idéias Sociológicas no Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Grijalbo, 1977.

CUNHA, Euclides da. O Homem. *In*: ____ **Os Sertões**: Campanha de Canudos. 3ª ed. São Paulo: Martin Claret, 2010. pp. 97-244.

FRAZER, James George. O Escopo da Antropologia Social. *In*: CASTRO, Celso. **Antropologia Cultural**: textos de Morgan, Tylor e Frazer. Tradução Maria Lúcia de oliveira. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

GOMES, Mércio Pereira. **Antropologia**: ciência do homem. Filosofia da Cultura. São Paulo: Contexto, 2009.

REZENDE, Maria José de. Os Sertões e os (Des)Caminhos da Mudança Social no Brasil. **Tempo Social**. Rev. Sociol. USP, São Paulo, 13(2): 201-226, novembro de 2001.

RODRIGUES, Nina. **As Coletividades Anormais**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2006. (Edições do Senado Federal; v.76). Biblioteca Digital do Senado. Disponível em: <http://www2.senado.gov.br/bdsf/item/id/188307>. Acesso em: 12 out.2010.

ROQUETTE-PINTO, Edgard. **Ensaio de Antropologia Brasileira**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, Editora Universidade de Brasília, 1982. (Brasília; v.22). [Coleção Temas Brasileiros; v.37]

SANTOS, Ricardo Ventura. **A Obra de Euclides da Cunha e os Debates Sobre a mestiçagem no Brasil no Início do Século XX: Os sertões** e a medicina-anthropologia do Museu Nacional. História, Ciência, Saúde Manguinhos.V. 5 supl.0, Rio de Janeiro, julho de 1998.

ZIMBARG, Adriana. **Eugenismo e Eugenia no Brasil**. A história da eugenia e os crimes do Preto Amaral. Duplipensar.net. Publicado em: 27 jan. 2007. Disponível em: <http://www.duplipensar.net/artigos/2007s1/historia-da-eugenia-crimes-do-preto-amaraleugenismo-eugenia-no-brasil.html>. Acesso em: 12 nov.2010.